

A Mdiatização de Esferas Públicas a Partir de Novos Coletivos de Jornalismo Independente¹

Marília Gabriela Silva RÊGO²
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

Com o propósito de colaborar com os debates acerca do jornalismo independente e traçar um diálogo deste tema com os estudos de HABERMAS (2003, 2007), este artigo apresenta uma proposta teórica a fim de refletir a atuação dos coletivos independentes na midiática das esferas públicas que emergem na sociedade atual. Nesta perspectiva foi possível identificar exemplos de iniciativas jornalísticas advindas de grupos e movimentos sociais e suas influências na formação de novas opiniões públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Independente; Mdiatização; Esferas Públicas; Opiniões Públicas.

INTRODUÇÃO

O espaço de comunicação que temos hoje é dominado prioritariamente pelos grandes grupos de mídia. A realidade brasileira, segundo Cabral (2015), mostra que os meios de comunicações e telecomunicação ainda não são regulamentados e nem democráticos. Isso faz com que, aqueles que detêm o poder midiático, se expandam territorialmente, alcançando várias cidades e prevalecendo como influenciadora, por isso também chamada de mídia hegemônica. Neste sentido, pode-se dizer que a grande mídia transmite os valores e discursos correspondentes ao discurso dominante na sociedade. Os grupos (familiares, políticos, religiosos) que formam os conglomerados de mídia atuam como controladores do discurso (DIJK, 2009), portanto, possuem o poder de persuadir as opiniões, atitudes e ideologias. É possível dizer que “quem controla o discurso pode controlar diretamente a mente das pessoas” (DIJK, 2009, p. 18), pois influencia a forma de pensar, incorporando suas próprias convicções aos que estão submetidos a esse controle. Porém, é importante reforçar que as pessoas não são simplesmente controladas

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

² Mestranda em Comunicação pelo PPGCOM - UFPE, e-mail: marilia_gabriela00@hotmail.com.

pela mídia sem nenhuma reação. Elas compreendem as notícias e mudam de opiniões segundo suas próprias atitudes e experiências individuais ou em grupo (DIJK, 2009).

Identificando esta recepção ativa dos discursos e compreendendo uma capacidade também ativa de produzi-los é que, para chegar a conclusões mais aprofundadas, a base teórica deste artigo serão os estudos de Jürgen Habermas, importante sociólogo moderno. Suas reflexões auxiliam a compreender melhor a formação de uma esfera pública, caracterizada não como uma instituição ou organização, mas como uma tomada de opiniões e posições capazes de formarem, segundo o próprio autor, opiniões públicas sobre temas específicos (HABERMAS, 2003). Isso é resultado de um agir comunicativo que proporciona uma interpretação negociada cooperativamente entre os atores. Nestes aspectos, as esferas se formam dentro da sociedade para atender suas próprias demandas. Neste ponto é possível fazer referência à função jornalística como divulgadora das informações, tornando público as necessidades dessas esferas.

Observa-se, porém, que a difusão de conteúdos não garante que o processo de comunicação de todas as esferas públicas seja efetivo. Esta circulação da informação e dos assuntos públicos inclui, de forma ideal, a maioria dos participantes, o que proporciona uma maior estruturação da opinião pública qualificada, posta à prova de controvérsias e discussões (HABERMAS, 2003). A este respeito se destaca a importância de que, no espaço social de discussões, as informações das diversas esferas públicas estejam postas, pois todas elas contribuem para a formação de diferentes opiniões públicas, cumprindo, assim, a essência do jornalismo.

É a partir desta consciência da importância dos meios de comunicação e do papel jornalístico na consolidação de esferas públicas que se pressupõem as reflexões acerca do jornalismo independente. CARVALHO e BRONOSKY (2017) conceituam a proposta independente como uma iniciativa que mobiliza o senso crítico das estruturas sociais na tentativa de impor limites do jornalismo convencional e seus interesses. Segundo os autores, os coletivos independentes “propõem uma outra forma de percepção da realidade cuja base de ação dialética disputa as atenções com os grupos jornalísticos dominantes, cujo propósito, em essência, é assumir este posto e de reorientar o pensamento sobre o que seria jornalismo” (CARVALHO & BRONOSKY, 2017, p.25). As iniciativas de mídias independentes historicamente surgem a partir de grupos sociais que se opõem às concepções ideológicas da mídia hegemônica.

Conjuntamente, com o advento da internet, a prática jornalística encarou novas formas de produzir notícias. A apuração, redação e divulgação se configuram para as exigências desta nova plataforma multimidiática. As grandes empresas de mídia tiveram de se adaptar e, além de manter seus canais tradicionais, buscam se estabelecer no ambiente virtual. O movimento independente, por sua vez, encontrou na rede uma nova possibilidade de se colocar no espaço de comunicação, pois “a partir da Internet, especificamente por meio das redes sociais, de certo se torna mais simples fazer um trabalho jornalístico não-convencional, desde a produção até a circulação e o alcance” (REIS, 2016, p. 194). Neste novo espaço jornalístico, as diferentes demandas das esferas públicas se colocam em autonomia e discussão.

Partindo destas considerações e do pensamento habermasiano é possível traçar considerações outras a respeito destas esferas de representação pública através de uma releitura atual, buscando refletir sobre o papel do jornalismo independente na comunicação das demandas dos diferentes públicos inseridos na sociedade.

PERSPECTIVAS A RESPEITO DE ESFERA PÚBLICA

A constituição de uma esfera pública se dá pela vontade coletiva. Isso quer dizer que é nela por onde se justificam as decisões políticas, transformando-se, por conseguinte, em uma instituição constitutiva do mundo moderno. Essa esfera se estrutura a partir da racionalidade comunicativa a qual permite que as decisões tomadas sejam reflexos de um entendimento em comum e racional, surgida através de debates e conclusões. A isso se entende também o valor democrático na síntese de uma esfera pública, onde “as estruturas de comunicação da esfera pública no mundo da vida seriam sustentadas pelas associações e organizações livres, não estatais e não econômicas” (PERLATTO, 2012, p.81), que constituem a sociedade.

Habermas ainda trata de outras esferas, a exemplo da esfera pública plebeia, mas a compreende como tendo sido reprimida e negligenciada. A esfera pública plebeia, diferente da dominante, constitui a marca da pluralização da esfera pública em desenvolvimento. “Por um lado, ela é uma variação da esfera pública burguesa, pois se orienta por seu modelo. Por outro, é mais do que isso, pois desdobra o potencial

emancipatório da esfera pública burguesa em um novo contexto social” (HABERMAS, 2007, p. 42).

Historicamente, em sua gênese, a esfera pública burguesa é excludente. “Exclui os menos favorecidos economicamente, os trabalhadores, os camponeses, as mulheres de uma vida política e negros [...]” (HABERMAS, 2007, p.46), determinando a participação em termos de gênero, cor e posição social. Essa constatação reclama, principalmente na realidade atual, por uma igualdade sem restrições, necessária a uma inclusão de outros públicos, a fim de alcançar uma constituição real da esfera pública.

Aqui se pode referir às minorias sociais como planos de fundo quando, mesmo não sendo a base constitutiva da esfera pública (a burguesa), são necessárias para a constituição adequada desta, já que ela deve ser acessível a todos cognitivamente e fisicamente, do contrário, a efetividade da esfera pública ficaria comprometida. Mas, além disso, os grupos excluídos também podem constituir suas próprias esferas públicas podendo inclusive influenciar a esfera pública dominante.

Com os meios de comunicação, este cenário tornou-se ainda mais complexo. A esfera pública se modificou com o surgimento dos meios de comunicação de massa eletrônicos, com a nova relevância da propaganda, com a fusão crescente de entretenimento e informação, a decadência das associações liberais, etc. Neste sentido, HABERMAS (2007) destaca que:

A esfera pública, ao mesmo tempo pré-estruturada e dominada pelos meios de comunicação de massa, tornou-se uma arena permeada de relações de poder, na qual, por meio de temas e contribuições, ocorre uma disputa não apenas em torno da influência, mas também sobre o controle que incide sobre os fluxos comunicativos comportamentalmente eficazes e que oculta o máximo possível suas intenções estratégicas. (HABERMAS, 2007, p. 58)

É fundamental destacar que em suas primeiras considerações, Habermas duvidava da capacidade democrática dos meios de comunicação, já que existe um pluralismo de interesses comprometendo assim um interesse universal, pois estes meios “respondem à lógica do capital e do mercado” (ALTHEMAN, 2012, p.26). Na perspectiva deste ponto é possível refletir que o autor compreende que não há a possibilidade de uma ‘opinião de todos’, mas apenas de interesses particulares.

Posteriormente, Habermas modifica suas análises e reconhece a dinâmica complexa dos processos discursivos nos meios de comunicação, apontando a capacidade

de a mídia ser um gerador de debates saudável à democracia ao mesmo tempo em que media as diferentes esferas públicas, fazendo circular suas informações. Essa característica se constitui desde que haja na atuação da mídia a capacidade de tornar as informações e questionamentos visíveis, onde todos os diferentes tipos de discursos estejam postos ao acesso de todos (ALTHEMAN, 2012). O valor democrático se constitui na oportunidade de outras esferas se manifestarem e midiaticizarem suas opiniões na arena de discussão.

A busca pelo espaço de afirmação midiático constitui uma forma de exercer o poder. Segundo Esteves (2003), para atingir este desejo “a comunicação terá necessariamente de assumir um caráter crítico, isto é, um uso da linguagem exigente e rigoroso nas formulações e nos juízos, que estabelece como seu próprio critério pragmático o controle de validade dos enunciados ao nível de discurso” (ESTEVES, 2003, p.124). O autor desmistifica a ideia de um poder ideal e constitui a ideia de um poder concreto. Para este último, é necessária uma heterogeneidade racional baseada nos conceitos habermasianos de racionalidade. Isto se refere à busca da discussão racional e debate público dos assuntos. A relação poder-comunicação pressupõe um modo de vida político que tem por fundamento a discussão pública. Portanto, o poder não assume um caráter homogeneizador (ESTEVES, 2003).

O emprego do poder em uma base democrática revela as vontades coletivas. Isso quer dizer, de acordo com o autor, que há uma participação livre dos interlocutores e a utilização de suas argumentações na construção dos discursos coletivos:

A organização política da sociedade (as relações políticas dos indivíduos) não se constrói a partir de uma comunicação em função do sistema mas da comunicação que as pessoas estabelecem entre si quando se empenham em constituir e afirmar suas identidades (individuais e coletivas), com base numa atitude política discursivamente assumida perante outras pessoas (orientada para o reconhecimento). (ESTEVES, 2003 p.129).

Diante disso, Habermas identifica nos meios de comunicação de massa a tendência para a oposição, para o diverso, onde as opiniões entram em choque umas com as outras. É nesta tendência que se podem construir discussões propícias a formação das esferas públicas.

De forma sintética, a esfera pública “é o espaço da deliberação e só pode ser constituído por meio da linguagem e o fluxo de informações que circula nele provém,

entre outras fontes, dos media e de outros espaços de conversação e diálogo” (ALTHEMAN, 2012, p.26). Nossa realidade, complexa como é, é formada por públicos distintos, com discursos distintos. Essa diversidade de públicos constitui as diversas esferas públicas, cada qual com seus objetivos. Como, então, representar esta pluralidade?

O MOVIMENTO INDEPENDENTE NO JORNALISMO E A OPINIÃO PÚBLICA

A atuação da mídia implica em decisões que interferem na construção e veiculação da informação. Essas escolhas levam em conta critérios dos repórteres que estão submetidos às suas empresas de comunicação, e estas a ligações políticas e econômicas. Essa crítica inicial se baseia na constatação de uma produção de notícias da grande mídia que, ao misturar “informação e entretenimento, a fragmentar contextos” (HABERMAS, 2003, p.110) e a possuir opiniões centralizadas, “formam uma síndrome que promove a despolitização da comunicação pública” (HABERMAS, 2003, p.110). Essa crítica se firma porque as empresas de comunicação pertencem a grupos de interesse privado: familiares, políticos, religiosos (CABRAL, 2015). A hegemonia é alcançada através de estratégias de alcance nacional principalmente, a partir da afiliação regional. O movimento independente, por outro lado,

pode se referir ao que Habermas chamou de “autonomia da esfera pública”. Mas o termo também pode ser compreendido como uma maneira de se distanciar da imprensa ou da indústria convencional (*mainstream*). Esse distanciamento se daria não apenas no formato, mas nas práticas e rotinas de produção, um *jeito diferente de fazer o jornalismo*, onde as regras do mercado e da indústria convencional não aprisionariam a criatividade e a liberdade autoral dos produtores. (ASSIS et al., 2017, p.6)

Parte-se, então, da hipótese de que, contrário a estes aspectos da mídia massiva, o jornalismo alternativo - ao desafiar os discursos tradicionais - cria relações diretas com a democracia, em seu sentido mais radical, aquele que possibilita uma maior pluralidade de vozes na esfera pública. Esta esfera é onde acontece o debate racional de conteúdos de interesse público, funcionando como uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões pública enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 2003, p.92). Isto quer dizer que é neste “espaço” onde são

tomadas decisões e formadas as opiniões, a partir de discussões críticas que determinarão as formas de agir e pensar em sociedade. Resumidamente a opinião pública³ é “a expressão de opiniões do público a respeito de temas de interesse comum” (VESTENA, 2008, p.12).

Ainda segundo Habermas (2003), a democracia deve se constituir de uma política deliberativa, ou seja, formada a partir da descentralização de decisões, proporcionando a maior participação da sociedade civil. O conceito de sociedade civil se refere a associações, organizações e movimentos coletivos que discutem em torno de seus interesses, valores e problemas e os transmite da esfera privada para a pública, a fim de que se tornem interesse geral no quadro de esferas públicas (HABERMAS, 2003). Defende-se, assim, que o jornalismo independente, por sua característica descentralizadora, atue abrindo espaço para as demandas da sociedade civil. Neste ponto, ele se justifica na tentativa de garantir essa participação, tornando possível construir novos espaços de debate e pensamento, onde o diálogo é aberto a outros pontos de vista. O jornalismo independente atua, portanto, na “reconstrução da esfera pública a partir dos valores da igualdade de oportunidades, da equidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos. [...]” (OLIVEIRA, 2009, p.6 *apud* CARVALHO e BRONOSKY, 2017, p.32).

É observável as contribuições que a formação de coletivos de jornalismo independente tem trazido às discussões atuais. A demanda é crescente dos diferentes grupos que através da atividade jornalística divulgam seus discursos e afirmam-se na arena de discussão pública. Porém, é um equívoco afirmar que somente o jornalismo independente pode oferecer esta alternativa. Há uma crítica exposta à mídia hegemônica, mas ela também cumpre o papel de divulgadora das informações. Os questionamentos são a respeito do que é produzido e até que ponto há uma influência particular. No caso do jornalismo independente, há uma segmentação de públicos que permite com que cada um deles tenha o direito de se expressar à sua maneira. É um espaço onde torna possível cada grupo social lançar seus próprios discursos, sendo também os próprios autores. Diferentemente do que acontece na grande mídia: mesmo cumprindo o papel de coletar e divulgar notícias diversas a respeito da sociedade (sobre diferentes áreas e

³ Habermas cita em sua obra que a opinião pública não pode ser resumida a dados estatísticos e pesquisas de opinião. “Ela não constitui um agregado de opiniões individuais pesquisadas uma a uma ou manifestadas privadamente; por isso, ela não pode ser confundida com resultados de pesquisa de opinião”. (HABERMAS, 2003, p.94).

acontecimentos) não consegue vivenciar a experiência eficaz de pertencer às diferentes esferas públicas, isso porque, neste caso, é sempre o “outro” jornalista que produzirá e nunca o próprio grupo representativo de determinada esfera pública. Este profissional na mídia hegemônica é incapaz de dimensionar de forma abrangente a discussões de cada grupo porque ele não pertence a estes.

Os desafios para os coletivos existem, mas a sua formação e estabilidade no cenário comunicativo é um caso a se notar. ASSIS et al. (2017) reforça que há ainda uma fragilidade financeira em grande parte das iniciativas, levando-as a buscar financiamentos que podem não garantir uma completa autonomia, mas ainda sim a característica de liberdade editorial se sobressai com relação à grande mídia. Fundamental também ressaltar que ao tratar de ‘coletivos independente’ está se referindo aos de caráter jornalístico, caracterizados pelo processo jornalístico de concepção de notícias (apuração, checagem, divulgação). Excluem-se os blogs particulares (estes podem conter conteúdos semelhantes, mas correspondem a perfis particulares).

QUAIS ESFERAS PÚBLICAS ESTÃO SE MUDIATIZANDO ATRAVÉS DO JORNALISMO INDEPENDENTE?

A sociedade civil, em seus diferentes âmbitos e grupos, tem buscado o poder comunicativo, divulgando a autonomia de suas esferas públicas a fim de ressoar no governo, na mídia e no mercado. Esse papel foi assumido em grande parte, no mundo contemporâneo, por movimentos sociais ligados a questões de gênero, raça, paz, ecologia, sexualidade, na forma de organizações não – governamentais, sem fins lucrativos.

É nesse esforço que o jornalismo independente tem tentado colaborar, de maneira a representar populações negras, indígenas, trabalhadores rurais, ademais sobre questões emergentes como temáticas dentro de gênero e minorias (REIS, 2017). “A periferia, ou seja, a sociedade civil possui uma sensibilidade maior para os novos problemas, conseguindo captá-los e identificá-los antes que os centros da política” (HABERMAS, 2003, p.115).

Várias esferas decidiram se midiaticar por não se sentirem representadas historicamente na mídia tradicional. Podem-se perceber iniciativas independentes desde o Brasil Colônia, mesmo que neste momento a Coroa Portuguesa tenha proibido a atividade jornalística no Brasil. Já no Império (1822-1889) e nos primeiros anos de

República (1889) muitos textos (panfletos e folhas avulsas) eram divulgados com críticas ao governo e defendiam interesses imediatos com relação à economia, a escravidão. Mas, a época de maior destaque para o jornalismo independente foi durante a Ditadura militar (1964- 1985), época de grande “boom” de publicações independentes no Brasil. Foram jornais, revistas, boletins, panfletos, cartazes com críticas à censura militar, denúncias de torturas e mortes, textos a respeito de direitos dos mais diversos públicos, desde as capitais até as cidades e comunidades do interior. Neste momento histórico, foram contabilizados pelo menos 150 periódicos independentes e em oposição ao regime militar (KUCINSCI, 1991).

No período militar muitos grupos sociais fixaram-se no desejo de ter uma mídia própria, pois a censura não permitia a liberdade de expressão nos meios de comunicação. Algumas esferas tiveram uma atuação bastante marcante como foi o caso da esfera feminista, por exemplo. Em 1975 surgiu o jornal “Brasil Mulher” e o “Maria Quitéria”, e no ano seguinte o “Nós Mulheres”. Posteriormente ainda foi publicado o “Mulherio” (1981), todos com o objetivo de discutir a respeito da condição da mulher. A esfera pública afrodescendente também buscou espaço alternativo para representar as temáticas e denúncias do público negro. Em 1978, três jornais impressos apareceram de forma expressiva: o *Tiçã*, no Rio Grande do Sul, *Jonegro*, em São Paulo, e *Sinba*, no Rio de Janeiro. No mesmo ano, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lançou o jornal “*Porantim*”, em defesa dos direitos dos indígenas, que circula até os dias atuais. Ainda em 1978, o *Lampião*, jornal que rompeu barreiras de comportamento e circulou com sucesso por todo o país, surgiu para discutir a temática homossexual. Nessa onda aparece uma série de publicações de contracultura, como *Beijo*, *Flor do Mal*, *Rádice*, entre outros.

Essas esferas continuam expandindo suas áreas de discursos e constituem hoje a temática de muitos coletivos independentes. Através de um mapeamento feito pela Agência Pública⁴, 79 coletivos independentes foram registrados e, assim, podem-se contabilizar as suas áreas temáticas e de atuação:

Três deles são especializados em política, sete em ambiente e sustentabilidade; oito com temática dentro de gênero, feminismo e

⁴ Em 2011 foi fundada a Agência Pública: uma agência de jornalismo independente e investigativo. A Agência se dedicou a mapear iniciativas de jornalismo independente no Brasil entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016. Segundo a organização, “foram selecionadas aquelas que nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas” (PÚBLICA, 2016).

debate racial; oito em movimentos sociais; cinco em cultura; quatro na área jurídica e direitos humanos; um em esportes; um em economia; um em jornalismo científico; e 39 possuem pautas diversificadas envolvendo factual, política, urbanidades, cultura, economia, etc. (RÊGO, 2016, p.6)

Todos os 79, por critério de contabilidade da Agência, estão presentes na internet⁵. Outras iniciativas certamente estão presentes em outros meios, como impresso e o rádio, mas na ocasião desta pesquisa, foram contabilizados apenas os que estão em rede. Financeiramente, o ambiente virtual é mais econômico, constituindo a plataforma ideal para estas iniciativas. “A internet permite um crescimento da audiência segmentada de modo a contribuir mais significativamente para formar opinião, ao mesmo tempo em que não necessita grandes recursos para divulgação” (CARVALHO e BRONOSKY, 2017, p.36).

Hoje, a partir da herança dos jornais e movimentos presenciados na Ditadura, porém com as características próprias da contemporaneidade, têm-se exemplos atuais e pontuais para identificar estas esferas públicas. A exemplo da esfera pública feminista, os coletivos “Az Minas” (não especifica lugar de origem), “Lado M” (São Paulo), “Nós, Mulheres de Periferia” (São Paulo), “Think Olga” (São Paulo), “Catarinas” (Florianópolis – SC), se destacam. Estes reproduzem um discurso contra a sociedade patriarcalista e em busca de um reconhecimento dos direitos das mulheres à esfera geral da sociedade. A figura da mulher, ademais, está em constante discussão, principalmente no que diz respeito à violência, sexualidade e igualdade de gênero. Verificou-se que a imagem feminina transmitida pelos meios de comunicações tradicionais reforça um caráter de sensualidade ou ênfase no charme e na reprodução de papéis femininos tradicionais. Os coletivos feministas, por outro lado, têm se empenhado em discussões relevantes para o movimento e valorização da mulher (HAJE, 2003).

Na representatividade de liberdade de gênero e sexualidade, o movimento LGBT (sigla que se refere a “lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros”) representa uma grande expressividade nos coletivos atuais. Há amplas discussões sobre sexualidade e identidade de gênero viabilizados pela mídia independente. O “Gênero e Número” (Rio de Janeiro) é um exemplo deste debate. O coletivo aborda, entre outras

⁵ “A maioria dos veículos de jornalismo está em plataformas digitais (gráfico 1); 50 possuem sites próprios para publicar seu conteúdo, enquanto 13 divulgam diretamente no Facebook. Os demais publicam em blogs, no Medium⁵ e em outras redes sociais, como Twitter e YouTube e há ainda o que veicular em newsletters semanais, como é o caso do Farol Jornalismo, de Porto Alegre”. (RÊGO, 2017, p.6)

coisas, os direitos deste público, o fim da criminalização da homossexualidade e denuncia casos de violência e preconceito.

Na esfera afrodescendente, o “Alma Preta”, de São Paulo, promove através da atividade jornalística o debate racial e a defesa de direito de pessoas negras. No site do coletivo constam quatro editorias: Em ‘Realidade’, a discussão é a respeito do cotidiano, o racismo presente na cultura, esporte, política e economia; ‘Da ‘Ponte Pra cá’ é outra seção destinada a questionar a violência e exclusão nas periferias; ‘Mama África’ é uma ligação à raiz africana, com notícias da África expondo a diversidade deste continente; e, por fim, o ‘Quilombo’, um espaço de opinião dos colaboradores.

A esfera pública das periferias urbanas também está presente nos sites independentes debatendo as necessidades dos moradores de comunidades, direitos e perspectivas, além da busca pelo rompimento do preconceito com este público. O “Periferia em Movimento” (São Paulo), “Agência Mural” (São Paulo) e “Vai da Pé” (São Paulo- SP) cumprem este papel.

Para a classe trabalhadora, o coletivo “Terra sem Males” dá visibilidade a diferentes profissões e suas condições de trabalho. A 5ª edição (maio de 2016) do jornal digital, em especial, resgatou a questão da reforma agrária e da necessidade de melhoria nas condições na vida do homem no campo. Além deste, o “Amazônia Real” também debate sobre esse assunto, além de defender a temática indígena.

Baseado nestes exemplos vê-se que as esferas presentes no jornalismo independente são diversas e cada uma vem conquistando um espaço comunicativo. Outras temáticas certamente surgirão, à medida que seja uma demanda da sociedade. Os grupos e movimentos inseridos na sociedade formam esferas públicas significativas e expressivas em suas opiniões e objetivos. Tratam-se de múltiplas esferas públicas e não de esfera singular, de forma que todos os segmentos tenham voz política. Entretanto, elas devem permitir uma ligação umas com as outras sem restringir o acesso a um público específico, embora tratem de temas característicos. Isso quer dizer que as discussões têm de ser direcionadas para a sociedade como um todo, a fim de disseminar as ideias garantindo um debate amplo.

CONCLUSÃO

Com um cenário favorável para o desenvolvimento de iniciativas independentes de baixo custo, o jornalismo independente firma espaço no Brasil, graças também à orientação histórica do país que busca na imprensa independente um meio para se expressar, defender seus direitos e tecer críticas. O movimento independente no jornalismo tem apostado na segmentação, com a abordagem de temas específicos, especializando-se nos discursos de seus públicos. A internet foi uma grande facilitadora na divulgação em grande alcance, no barateamento (embora os coletivos também invistam financeiramente em seus projetos) e nas possibilidades narrativas (imagem, som, vídeos).

Refletiu-se que, a partir destas características, o jornalismo independente atue promovendo a midiaticização das esferas públicas presentes na sociedade atual. Foram citados grupos e movimentos sociais que têm buscado na mídia uma afirmação de espaço: o movimento negro, indígena, homossexual, feminista e de trabalhadores rurais, foram os exemplos apontados no artigo. Observa-se também que a constituição destas esferas públicas no jornalismo independente é um processo constante de afirmação de seu lugar social, de suas características e perfil como grupo; de luta por um lugar de expressividade. Este movimento, apesar de ser histórico, encontra hoje mais possibilidades. Percebe-se que essa atitude de afirmação se apoia também na incorporação de uma esfera com a outra, por exemplo, da negra com a feminista, através do movimento de mulheres negras.

Baseado nestas discussões, este estudo identificou, além do perfil atual do jornalismo independente, muito presente na internet e constituído prioritariamente de grupos sociais, a sua potencialidade de ampliar os discursos e propagá-los na mídia. Tanto as empresas quanto os coletivos coexistem numa busca pelo poder midiático. Este poder garante a formação das opiniões públicas e, assim, garante maior influência no debate social. É importante ressaltar que, além dos 79 registrados pela Agência Pública, outros coletivos se estabelecem a cada momento, formando suas identidades jornalísticas e se posicionando no meio comunicacional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PÚBLICA. **Mapa do Jornalismo Independente**. Disponível em: <<http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>. Acesso em 26 de dezembro de 2017.

ALTHEMAN, Francine. **A construção de esferas públicas. Processos midiáticos, deliberação e conversação em torno do Projeto de Lei do Ato Médico**. 2012. 214 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo.

ASSIS, E. et al.. **Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea**. Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol. 4, n.1, p. 3 - 20, Jan/Jun 2017.

CABRAL, E. D. T. **A mídia no brasil: como se dá a concentração das comunicações e telecomunicações**. Revista Eptic, Aracaju. Vol. 17, n. 3, p.16-28, set/dez 2015.

CARVALHO, G; BRONOSKY, M. **Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital**. Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol. 4, n.1, p. 21 -39, Jan/Jun 2017.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. Hoffnagel, J. & Falcone, K. (Orgs.). 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ESTEVES, J.P. **Espaço público e democracia: comunicação, processos de sentido e identidades sociais**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Direito e democracia: entre faticidade e validade**. Vol II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HAJE, Lara. **Esferas públicas feministas na internet**. Revista LOGOS 19, Sexo, gênero e mídia, Rio de Janeiro, Ano 10, nº 19, p. 88-105, 2º semestre de 2003.

Imprensa alternativa. Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/index.html>>. Acessado em: 3 de janeiro de 2018

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1991.

PERLATTO, Fernando. **Habermas, a esfera pública e o Brasil**. Revista Estudos Políticos, N. 4, p. 78-94, 1º semestre de 2012.

REIS, Mariana. **Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil**. In. Vozes e diálogo. Itajaí, v.16, n. 1, jan/jun.2017. P. 193 – 204.

RÊGO, M.G.S. **Contrariando a Lógica das Concentrações Midiáticas: o Jornalismo Independente e a Opinião Pública**. In: XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2017, Fortaleza, CE.

VESTENA, O **papel da mídia na formação da opinião pública: a contribuição de Bourdieu**. Guairacá – Revista de Filosofia, Paraná, n.24, p.9-22, 2008.